

Amazônia, hipoteca ecológica?

Oziel Carneiro*

A região amazônica, em razão de sua floresta tropical úmida, do enorme potencial gerador de energia elétrica dos rios e de sua bacia hidrográfica, das suas riquezas minerais já identificadas, do fato de continuar sendo o maior vazio demográfico do mundo, da presença de tribos indígenas aculturadas e também em estado primitivo, além de sua importância na questão ambiental, exige da sociedade brasileira redobrados cuidados com o seu futuro, pois quanto maior for a interferência das grandes potências nos problemas do meio ambiente, maior será o risco de sua internacionalização à revelia do povo brasileiro, com a conseqüente subordinação de seu futuro à tutela dos países do primeiro mundo. A Amazônia jamais esteve tão próxima da tutela estrangeira como nos tempos atuais.

A sociedade brasileira deve criar, por isso mesmo, os seus próprios mecanismos para defender a grande região. A Sudam e seu Conselho Deliberativo (Condel) são hoje: a primeira, organismo enfraquecido apesar de seu pomposo título de Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e o segundo, é um colegiado que ficou esvaziado em sua representatividade e perdido na discussão e aprovação de projetos da iniciativa privada interessados nos benefícios da política de incentivos fiscais e em especial dos seus recursos financeiros.

A criação de um colegiado, que, pela sua expressão e sua representatividade política e administrativa, evite que tecnocratas e autoridades desatentas aprovelem planos, programas e projetos, que não consultam os interesses nacionais e muito menos as peculiaridades regionais, é iniciativa reclamada pela sociedade para evitar a repetição desses erros.

Não será possível, nos tempos atuais, ignorar as crescentes pressões de potências do primeiro mundo desejosas, sob a alegação de defesa do meio ambiente e respaldadas nos constrangimentos causados pela inadimplência da dívida externa, de influenciar nas decisões do governo brasileiro quanto ao futuro da Amazônia.

É atribuído ao senhor François Mitterrand a sentença de que "em se tratando de questões do meio ambiente, o conceito de soberania dos povos deve ser revisto".

A grande imprensa brasileira publicou, recentemente, entrevista do sr. Noel Brown, diretor Regional do ONU para assuntos do meio ambiente (Unep), em que foi afirmado: "Eu acho que o problema do meio ambiente vai definir as relações entre os países e as pessoas. Vai também reexaminar a questão da soberania territorial."

Não é necessário ser exagerado, mas apenas realista, para encontrar nessas afirmações que o povo citado por Mitterrand deve ser a população brasileira e que a soberania territorial do sr. Noel Brown, que deve ser reexaminada, não é outra senão a do território amazônico.

Tenho feito o possível para chamar a atenção sobre a internacionalização da Amazônia, à revelia dos brasileiros. Este artigo não tem outro objetivo.

Não há dúvida de que erros foram cometidos, recursos naturais foram e continuam sendo mal- aproveitados, mas não há como contestar que isso foi conseqüência da inexistência de um fórum com representatividade suficiente, para estudar ampla e abertamente a problemática regional.

Foi nesse sentido que elaborei Projeto de Lei Complementar que visa exatamente corrigir tudo isso de modo a tornar mais transparente a discussão e o

encaminhamento da questão amazônica, reunindo, com essa finalidade, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia (Codesam), os srs. governadores dos estados, os srs. ministros e titulares de secretarias do governo federal, cujas atribuições estejam envolvidas com o desenvolvimento econômico e social da região. As forças produtoras também participarão através dos representantes da classe patronal e do operariado. O Congresso Nacional também estará presente, sem voto, mas com direito a voz e em condições de repercutir no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal os assuntos importantes que ali forem debatidos. No bojo do projeto é criada condição imprescindível para possibilitar à Sudam gestionar junto aos governos dos estados e municípios, organismos do governo federal e entidades representativas da sociedade civil, no sentido de ser conseguido o máximo de convergências de diretrizes, critérios e ações, no objetivo do Plano de Valorização da Amazônia.

Exatamente para permitir que o Codesam trate da política de integração da Amazônia, é proposto, também, a criação do Conselho Técnico (Cotec), com as funções específicas de decidir sobre assuntos de rotinas, como a aprovação de convênios, projetos que se beneficiem da política de incentivos fiscais, escolha e credenciamento de auditores e outros, sem a relevância suficiente para ocupar a atenção e o tempo de um colegiado com tanta representatividade político-administrativa, como é pretendido que seja o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia (Codesam). Os dois Conselhos não acrescentam despesas ao Orçamento da União, pois substituem um populoso colegiado (Condel), cuja ineficiência está mais do que comprovada.

Somente a transparência que a sociedade exige para a ocupação da Amazônia, para o aproveitamento de seus recursos naturais, será capaz de evitar que a II Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, patrocinada pela ONU, não estabeleça uma convenção qualquer que imponha sobre os bens naturais da Amazônia uma permanente hipoteca ecológica.

Aconselhável é não esquecer que a ONU não teve poder de decisão e prestígio para impedir a guerra do Golfo Pérsico, mas teve recursos financeiros e arsenal bélico, até de sobra, para realizar a guerra que não soube evitar. Logo, a ECO-92, patrocinada pela ONU, poderá, também, não ter condições para oferecer os conhecimentos científicos e o apoio tecnológico que nós, brasileiros, precisamos para ocupar a Amazônia, mas terá, sem dúvida, meios materiais e força política para obrigar o Brasil a manter a Amazônia intocada, na condição de maior vazio demográfico de terras próprias para a vida humana e maior almoarifado de matérias-primas à disposição de todos e, em especial, das potências do Primeiro Mundo.

Não basta, pois, que o presidente Collor de Mello diga, como disse em Itacoatiara, no estado do Amazonas, que: "A Amazônia será modelada por nós e somente por nós brasileiros, por nossos valores, por nossos projetos."

É preciso muito mais, como por exemplo: que os brasileiros namorados e usufruidores das mordomias e das oportunidades de negócios com as grandes potências lembrem-se de que a Amazônia não é um caso brasileiro de concubinato, mas um matrimônio abençoado por Deus para produzir frutos prioritariamente para o nosso país.